

PIREU: A “CIDADE-PORTO” DA ATENAS CLÁSSICA

PIRAEUS: THE “CITY-HARBOR” OF CLASSICAL ATHENS

Alair Figueiredo Duarte¹

¹ É doutor em História Comparada e atua como professor no curso de Especialização em História Antiga e Medieval da UERJ, é especialista em Guerra e Poder na Antiguidade e atualmente desenvolve pesquisa versando sobre estudos marítimos sobre a sociedade helênica.

Correspondência para: Alair Figueiredo Duarte (epibatai@outlook.com.br)

Recebido em: agosto de 2019; Aceito em: dezembro de 2019

RESUMO

O porto do Pireu em Atenas foi na era Clássica um importante elemento de poder para a política marítima ateniense no século V a.C. Foi através dele que Atenas exerceu hegemonia sobre o Mar Egeu durante a Koyna Délico Ática, a região também tornou-se território de identidade para cidadãos sem recurso que viviam de jornada trabalhada em Atenas, assim como para toda atividade mercantil ateniense. A proeminência do Porto do Pireu ganhou tanta notoriedade que chegou a ocupar lugar de destaque e protagonismo econômico em Atenas, que embora estivesse subordinado a região central da polis, rivalizava com a Ágora a ocupação dos espaços urbanos como se fosse uma “Cidade-Porto”.

Palavras chaves: Porto do Pireu, Atenas Clássica, Thetes, Cidade, Porto.

ABSTRACT

The harbor of Piraeus in Athens was in the Classical era an important element of power for Athenian maritime policy in the fifth century BC. It was through it that Athens exercised hegemony over the Aegean Sea during the Attic Koyna, the region also became the territory of identity for undocumented citizens who lived on a working day in Athens, as well as for all Athenian mercantile activity. The prominence of Piraeus Port gained such notoriety that it came to occupy a prominent place and economic protagonism in Athens, which although it was subordinate to the central region of the polis, rivaled with the Agora the occupation of urban spaces as if it were a “City-Harbor”.

Keywords: Piraeus Harbor, Classical Athens, Thetes, City, Harbor.

O Porto do Pireu, localizado em Atenas tratava-se de uma região importante para a polis e seus cidadãos tinham total consciência dessa importância para a defesa e desenvolvimento da sua comunidade. Suas muralhas não somente protegiam a região como também lhe atribuíam maior imponência. A colina Munichia, vista como defesa natural, se adicionava as defesas artificialmente erigidas. Aristóteles na Constituição de Atenas (XX: 2), destaca que a primeira tentativa de fortificar a *zona portuária do Pireu* se iniciou em 511 a.C. quando Hippias, um dos filhos de Pisístrato, tentou circundar o porto construindo uma muralha, mas os trabalhos de faixas defensivas na região somente foram intensificados no período em que Temístocles foi *archonte*.

Toda a arquitetura e construções edificadas na região do Pireu projetou-se sobre o modo pelo qual os cidadãos passaram a perceber a cidade. Tendo Atenas adentrado ao circuito comercial da Hélade desde a era soloniana, gradativamente foi inserindo ao seu cotidiano e a base da sua economia, o fator mercantil. Desse modo, no século V a.C., buscou-se manter muitos postos de trabalhos voltados às finalidades marítimas, visando efetuar trocas e complementar os elementos deficitários da sua produção interna. Na *zona portuária do Pireu* era possível encontrar remadores, carpinteiros, construtores de velas, oleiros e demais trabalhadores buscando receber algum *misthoi* (pagamento) pela jornada trabalhada. Os cidadãos que viviam da rotina portuária, conferiam identidade ao lugar e Atenas, de modo geral, passou a perceber o Pireu como lugar de labuta. Os cidadãos atenienses do segmento *thetes* perceberam que o ambiente do porto não era útil apenas para conquistar a sua subsistência, recebendo pela jornada trabalhada, a *zona portuária* lhes rendia importância e notoriedade política, por isso, acabaram por fazer do Pireu uma “nova Cidade-Estado”, na qual não apenas a *Ágora* – praça central de comércio -, localizada no centro urbano se contratava a região rural da polis.

Foi através das construções na região urbana da polis dos atenienses, sobretudo, na *zona portuária*, que cidadãos *thetes* deixaram transparecer seus imaginários de cidadania. A construção do porto do Pireu, intensificou as atividades

mercantis e a polis deixou evidente o interesse em assumir a condição de *polis marítima*. Ou seja, Atenas tornou-se a Cidade-Estado dotada de uma política voltada ao exercício do *poder marítimo*¹, com o devido respaldo do seu *poder naval*.

Para atender os interesses de sua nova *política marítima*, as ruas do porto do Pireu não poderiam crescer de maneira aleatória e desordenada, elas deveriam ser capazes de realizar o escoamento das cargas portuárias e dos seus carregamentos, atendendo ao fluxo de reparos e atracagem das embarcações que chegavam na zona portuária de Atenas.

A *zona portuária do Pireu* projetava as aspirações de poder da polis, estendendo segurança aos cidadãos que habitavam demais zonas políades, segundo as suas aspirações e necessidades: aos habitantes da área urbana (*asty*), o porto simbolizava e oferecia defesa, pois a projeção do *poder marítimo ateniense* dissuadia inimigos, impedindo de se aproximarem livremente da zona administrativa da polis, lugar onde se localizavam os edifícios governamentais. Ao cidadão *thete*, que vivia da jornada trabalhada, o Porto do Pireu representava a oportunidade de conquistar a subsistência e para os ricos comerciantes oligarcas atenienses, o porto do Pireu simbolizava o aumento das suas posses. Portanto, o Pireu com seus estaleiros, ruas e edificações, projetava os *imaginários* de poder e segurança, até mesmo aos

¹ Termo polissêmico na atualidade, contudo, um dos primeiros a buscar uma definição para o conceito foi Alfred Tayer Mahan que entre 1879 e 1914 escreveu dezenas de livros sobre História e Estratégia navais, sendo que o “*The Influence of Sea. Power upon History 1660-1783*” de 1890 foi o mais significativo. Nele Mahan passou a discutir os seis elementos que afetavam esse Poder Marítimo que seriam a posição geográfica, a conformação física, a extensão territorial, o tamanho da população, o caráter nacional e o tipo de política governamental. As guerras ocorridas no mar entre 1660 e 1783 serviram para confirmar suas proposições em todo o decorrer do livro. Outras obras de Mahan se seguiram: “*The Influence of Sea Power upon the French Revolution and Empire*” de 1892 e “*Naval Strategy compared and contrasted with the principles and practice of military operations on land*” de 1911. Nessas obras o autor norte-americano procurou demonstrar mais uma vez a pertinência de suas conclusões. Outros livros de Mahan tiveram importância, podendo ser mencionados: “*Retrospect and Prospect*” de 1902 e “*Naval Administration and Warfare*” de 1908. Sua concepção está assentada em conceitos muito bem definidos no seu primeiro livro de 1890. Definiu que o Poder Marítimo seria integrado por dois elementos de natureza distinta, os *interesses marítimos* e o *Poder Naval*. Os primeiros congregavam valores econômicos e sociais e, o segundo, valores políticos e militares. (ALMEIDA, F. E. Alves de. 2008:5-6)

estrangeiros que estavam de passagem por aquela *zona portuária*. É por esse motivo que a *política marítima ateniense* obteve eficácia durante todo o século V a.C.

Temístocles, o comandante da frota grega que se sagrou vitoriosa na Batalha de Salamina, em 480 a.C.; foi o idealizador da *política marítima ateniense* e teve o privilégio de receber um lugar na região para abrigar seu túmulo, obtendo inclusive, um culto específico. Em conformidade com o pesquisador T. R. B. Dicks (1968: 147), no século IV a.C. quando a *política marítima ateniense* havia entrado em declínio, o memorial dedicado a Temístocles como herói, tomou significação especial aos comerciantes mesmo sem que a proeminente figura citada, houvesse emergido desse setor.

Documentações que datam o século V a.C., dentre elas, Tucídides destaca que o comércio não era o objetivo principal de Temístocles ao defender a modernização da *zona portuária do Pireu*, eis suas afirmações: “o Pireu era mais útil do que a cidade alta, e ele (Temístocles) frequentemente advertia aos atenienses que, se alguma vez eles fossem duramente pressionados em terra, deveriam descer para o Pireu e resistir com sua frota ” (TUCIDIDES, I: 93). A preocupação de Temístocles, como tivemos a oportunidade de apreender através dos escritos de Tucídides, era de natureza bélico estratégica em fornecer uma alternativa de defesa à polis. O projeto de fazer do Pireu uma nova Cidade-Estado teve êxito e ganhou força junto as lideranças políticas que o sucederam, dentre eles Péricles. Na condição de líder político e militar, Péricles teria se inspirado em uma estratégia adotada por Temístocles em ocasião dos conflitos *greco-persicos*, se apropriando da potencialidade marítima ateniense contra as polis adversárias².

² Por ocasião da Segunda Guerra Greco-Pérsica, Temístocles na Batalha de Salamina, fez uma linha de defesa com os duzentos *trieres* atenienses, apoiado por demais embarcações aliadas e obteve êxito contra seus inimigos persas. Desse modo, colocou a defesa da polis estruturada sob pilares marítimos. Semelhante estratégia, teria sido adotada por Péricles ao início da Guerra do Peloponeso, contra os espartanos. Péricles teria incentivado a população rural a se proteger atrás das muralhas enquanto abastecia a polis, através dos navios atenienses. O diferencial entre as duas estratégias é o fato de que enquanto Temístocles realizou uma linha de defesa, visando uma batalha decisiva, Péricles teria idealizado um conflito de longa duração, tendo por finalidade quebrar a economia espartana realizando

Durante a Guerra do Peloponeso, Péricles teria incentivado a população nucleada na zona rural, *chora*, migrar para a *asty*. Ao abastecer a polis através de seus navios e sua *zona portuária*, Péricles, visava um conflito de longa duração, capaz de exaurir os recursos econômicos de Esparta, sua adversária no conflito. A manutenção do comércio marítimo e abastecimento da polis era o maior trunfo dos atenienses contra seus adversários, mesmo antes da Guerra do Peloponeso. Abastecer e desabastecer com rapidez as embarcações que atracassem no Pireu era fundamental e por isso as ruas que conduziam ao porto, não poderiam se configurar de vielas estreitas.

O arquiteto que aceitasse o desafio de reformular as vias urbanas do Pireu, teria um árduo trabalho a desempenhar. Hippodamus de Mileto, na primeira metade do século V a.C., não apenas aceitou o desafio quando foi comissionado por Péricles, mas também foi capaz de materializar no terreno, um plano de ruas regulares. Esse projeto entrou em simetria às muralhas que circundavam a sua *zona portuária* – chamada de *circuito de Temístocles* –, tornando o Pireu, uma verdadeira fortaleza e centro comercial, destacando-se da *Asty* e da *Acrópole* ateniense (DICKS, 1968: 145).

Embora o Porto do Pireu tenha se tornado o centro da *política marítima ateniense* e se configurando como *lugar de memória* e participação social dos cidadãos oriundo do segmento censitário *thetes*; inicialmente, o local foi idealizado como *zona de exclusão dos debates políticos*, pois teria a finalidade de manter seus frequentadores distante das decisões políticas da *Ágora Central* em Atenas (REDEN, 1995: 21).

A região em que se localizava o complexo portuário do Pireu, tratava-se de uma rocha calcária peninsular, de aproximadamente três quilômetros e meio, inserido no Golfo Sarônico, a aproximadamente 7 km de distância da *Ágora Central* da polis (GARLAND, 1987: 7-8). O distanciamento entre o porto e a *Ágora Central*, permitiu que

um bloqueio naval que fosse eficaz em lhe negar o uso da plataforma marítima para fins bélicos e comerciais.

Atenas mantivesse tradições de origem aristocráticas, as quais privilegiavam interesses fundiários; mas em contrapartida, teve de se adaptar a uma nova ordem comercial predominante ao final do século V a.C.

Na figura a seguir, podemos visualizar uma planta baixa do Porto do Pireu e identificar como suas ruas foram planejadas. Nos traçados da arquitetura, entra em evidência a localização dos edifícios: teatro, fortificações, estaleiros, templos, praças e apreender as razões pelas quais foi eficaz em projetar Atenas politicamente, vejamos:

O
ancoradouro

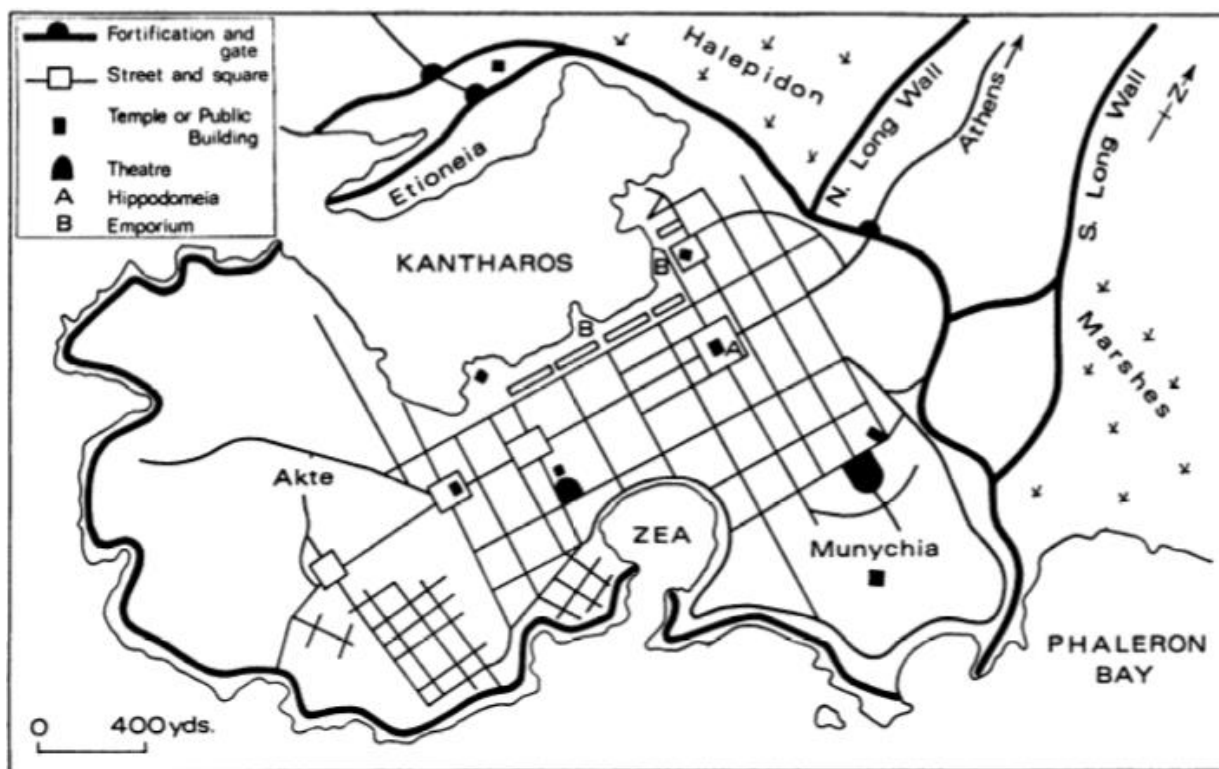


Figura I: Complexo Portuário do Pireu - Planta baixa – (C.f. DICKS, 1986: 143).

Na figura (I) podemos notar a linha mais espessa que destacam as longas muralhas do Pireu. A localização dos templos e seus três ancoradouros, deixando em

evidência a *Hippodemia* (ágora do Pireu) ao centro; os ancoradouros de Kântharos, Zea e Munchya, assim como os traços uniformes verticais e horizontais das vias.

Foi através do porto do Pireu que Atenas manteve hegemonia sobre o Mar Egeu e para isso, a polis dividiu as zonas sob sua influência, por meio de cinco distritos navais estabelecidos no âmbito da *Koyna Délico Ática*³, a saber: Distrito Trácio, Helesponto, Cário, Cós e Ilhas Cíclades, formando um cinturão que denominamos de *linha de defesa marítima* (DUARTE, 2017, p. 192). Através dessas *zonas marítimas*, Atenas patrulhava militarmente o Mar Egeu e mantinha ativo o comércio da região (GARLAND, 1987: 82-83).

As embarcações mercantes atenienses singravam as águas do Mar Egeu lotadas de *pithói*⁴, transportando: azeite, vinho e grãos que eram escoltados por naus da classe *trieres*, prontas para a guerra. Os distritos navais atenienses serviam como demarcadores das *fronteiras marítimas atenienses* abarcando sua territorialidade no mar. Tais territorialidades, encontravam-se divididas por *espaços geográficos* cujo a relação *espaço/território* pode vir a confundir incautos. A concepção de *espaços*, nos quais estão inseridos toda a sua geografia; trata-se de uma “zona morta” para seu observador. Esse espaçamento não abriga representações ou signos, sendo, portanto, anterior a concepção de *território*.

Segundo Haesbaert (1997:42), o conceito de *território* se constitui de elementos simbólicos, determinados e constituídos através de práticas sociais inseridas na relação binária: *espaço/poder* (HAESBAERT, 1999:39). A concepção de

³ Em razão das alianças gregas se utilizarem do princípio de pertencimento em prol de uma origem comum, *koynonia*, em 477 a.C. foi criada uma confederação de póleis, a qual reuniria povos de origem *iônica* – descendentes do herói Íon - sob a liderança de Atenas e teria como centro dessa aliança a Ilha de Delos. A escolha desse local, deve-se ao fato de que a ilha ficava situada na região central do Mar Egeu, que em tempos remotos era conhecido como Mar Iônico / Mar Jônico. A finalidade da aliança era garantir a segurança da Hélade contra as invasões dos persas. Os membros desta coalizão de póleis pagavam tributos a Atenas em navios ou dinheiro. A coalizão abrangia questões comerciais e principalmente interesses militares, se configurando como uma *symmachia*, aliança, pois era providenciado o envio de: contingente, víveres, navios, armas ou recursos pecuniários em prol do interesse comum da *koyna*. Daí preferirmos utilizar o termo *Koyna Délica* em lugar de Liga de Delos.

⁴ Vasos de cerâmica próprios para transporte comercial. Os Pithói detinham base cônica para serem acomodados nas embarcações sem que quebrassem com os possíveis choques.

espaço, antecede a de *território*, pois trata-se de uma “zona morta”, sem significações ou sentido simbólico para alguém, existe anteriormente a qualquer fator antropológico (RAFFESTIN, 1993:143).

Sob nossa análise, a concepção de *território* compreende um conjunto de simbologias, dividindo-se por zonas de fronteiras cujo ritos e ritualidades ratificam seu uso e as identidades que se encontram estreitamente relacionada a ele. Ou seja, o *território* é definido segundo as práticas e ações da *civilidade* operacionalizada nos espaços. *Território* não permanece e nunca permanecerá estática ou imutável, portanto, para se manter em atividade, necessita que seus ritos mantenedores, sejam constantemente renovados.

Ratificando nossas inferências conceituais acerca de *território*, podemos citar Marcel Detienne na obra *Comparar o Incomparável*, na qual de modo muito pertinente o pesquisador aponta que um *território* para se manter, necessita de ritos de renovação, pois são eles – os ritos - os responsáveis para reorganizar *territórios* que se encontram em processos de mudança. Nessa especificidade, o *território* primeiro se configura antropológicamente para somente depois, se ratificar politicamente (DETIENTNE, 2004: 49). Através dessa abordagem torna-se possível identificar a tensão existente que configuram as delimitações das fronteiras. Nenhum personagem isolado se mantém como símbolo e mantenedor de algum território, pois o estabelecimento dos *territórios* não está condicionado, à ação isolada de um herói ou deus, que vindo de fora, se torna seu fundador (*arquegeta*). Há sociedades que seus *territórios* não foram fundados por estrangeiros, seus deuses e heróis habitam o local desde tempos imemoriais (DETIENTNE, 2004: 49). Portanto, em relação a *zona marítima do Pireu*, seu *território*, as *civilidades* e rituais praticados no local, Temístocles não seria o seu *arquegeta*. O *espaço geográfico marítimo do Pireu* formou-se através da memória marítima ateniense, a qual Tucídides no livro I de sua narrativa sobre a Guerra do

Peloponoso, busca ratificar o perfil *talassocrático*⁵ rememorando uma potencial herança marítima minoica.

A relação identitária dos cidadãos atenienses teria se forjado através das práticas sociais, dos ritos e dos cultos religiosos que se alinharam de modo identitário com a *thalassa* (o mar), e se realizavam com frequência no ambiente do porto. Temístocles teria sido um reformulador dos *espaços* na polis dos atenienses e não um fundador de territórios entre seus concidadãos. O *espaço territorial marítimo* no Pireu se solidificou diante dos ritos e ritualidades ali eram realizadas e fornecendo novos sentidos para determinados grupos.

Através da atuação das pessoas e dos grupos sociais atenienses, foram estabelecidos novos *lugares de memória*, os quais permitiu a renovação e reconfiguração do *território* poliade. A *zona portuária do Pireu*, tornou-se fundamental para narrar a história da polis dos atenienses e sua relação com o mar. As narrativas míticas que remontam a formação dessa comunidade, encontram-se tomada de embates e negociações de seus atores sociais. Deixa evidenciado o sentimento ateniense de se reunir em prol de um signo unificador. O embate mítico entre Poseidon e Athená, nos traz a evidência dos anseios atenienses em optar se identificar por tradições fundiárias ou marítimas.

O porto, por se configurar como uma zona de fronteira, divide espaços distintos: o *espaço territorial terrestre* e o *espaço territorial marítimo* e acaba se caracterizando como o lugar de chegada e partida, ratificando sua função enquanto *zona de reunião e memória*. Monumentos situados em lugares de reunião tais como: *acrópole, ágora, cemitério e porto* se configuram como *lugares de memória*, exatamente por permitirem comportar reuniões cívicas, dentre elas, as capazes de rememorar os feitos dos ancestrais.

O ato de se reunir em prol do porto, por parte dos atenienses teve maior notoriedade a partir de 483 a.C., quando a polis adotou uma *política marítima*. Nessa

⁵ Poder Militar e comercial sobre o mar.

ocasião, Temístocles conseguiu persuadir proeminentes cidadãos a investirem na construção de duzentos *trieres* com os recursos da prata extraída em Laurion, gradativamente as projeções sobre os lugares que privilegiariam a preservação da memória de Atenas, foi se modificando.

Como nos aponta Bronislaw Baczko, os sujeitos materializam as projeções dos seus *imaginários sociais*⁶ no espaço. Pessoas acabam atribuindo lugares privilegiados ao poder segundo suas experiências, origem e *civilidade*. Até mesmo os modelos arquitetônicos estão incluídos nessas escolhas, pois a formação geométrica e estética dos prédios, recaem sobre as construções locais tanto quanto sobre os corredores públicos, com suas ruas e avenidas (BACZKO, 1985: 313). O *Pireu* com suas ruas projetadas para serem largas, detinha uma praça central de comércio chamada, *Hipodemia*. Seus estaleiros e ancoradouros, atendiam perfeitamente aos problemas do período refletindo o *imaginário social marítimo dos atenienses* no século V a.C, e por isso, foi capaz de permitir a gradual mudança à Cidade-Estado de Atenas.

Evidências arqueológicas apresentam a diversidade de edifícios localizados na topografia da região do Pireu (GARLAND, 1987: 7). Por entre as construções era possível encontrar muitos *hóros*, marcos demarcadores que estabeleciam os espaços destinados a esses edifícios. Nos *hóros*, é possível encontrar informações sobre a construção ou terreno demarcado, assim como as funções da edificação. A seguir, podemos visualizar um *hóros* demarcador de espaço da *Hipodemia* no Pireu:

⁶ Dispositivo simbólico que influencia as práticas coletivas; atua em toda a vida coletiva, em especial a política. Os imaginários sociais não podem ser controlados de maneira intencional, ao circular entre determinado grupo comunitário: percebe, divide e elabora seus próprios objetivos (Cf. BACZKO, 1985: 302 - 309).



Figura II: *Horos da Hipodemia* – Museo Arqueológico do Pireu – Atenas, 08/02/2015
Fotografia: Alair Duarte

Dentre as funções dos *hóros*, constavam: demarcar as zonas de fronteiras internas e definir os espaços reservados a serem pontos centrais de reunião (GARLAND, 1987: 140). A *Hippodemia* era considerada o “coração” do Pireu, se configurando como zona de reunião. Como nos afirma Robert Garland, a *hippodemia* seria para o porto do Pireu, a sua *Hippodem*, também conhecida como “*Ágora dos homens do demos*” (GARLAND, 1987: 141).

A *hippodemia* durante o século V a.C. ganhou projeção e tomou a concepção de foco para a vida urbana no Pireu. Inclusive, inseria cultos de diversas divindades, dentre elas Héstia, protetora do lar⁷.

O culto a Héstia⁸ demarca um elemento de relação e intermediação entre o centro governamental políade e seus locais periféricos como se fossem simbióticos. Práticas de culto familiares foram adaptadas nos espaços públicos e a *Ágora Central* de Atenas absorveu o culto a Héstia, a partir do culto de proteção ao lar. O culto a Héstia era praticado no espaço privado do *oikós* e foi levado para dentro do *Pritaneu* (GARLAND, 1987: 141).

Jean-Pierre Vernant demonstra a relação entre a deusa Héstia, seu culto no *oikós* e o exercício do comando, interligando ordem e proteção. Nesse processo, o pesquisador destaca a relação entre Héstia e *Zeus Celeste*; conhecido por ser o detentor judicioso do poder supremo, o fundador da ordem e fiador da justiça, senhor do casamento, pai e antepassado; o patrono da cidade. Os atributos divinos de *Zeus Celeste*, legitima sua autoridade quando suas qualidades de regências se aproximar de Héstia (VERNANT, 2009: 34).

Em estreita convivência com Héstia, *Zeus Celeste* obtém o controle sobre a lareira privada da casa - centro fixo que constitui o *onphalo* (umbigo) do lar, a raiz da morada familiar. Assim como ocorre no culto familiar, a lareira comum da cidade torna-se seio da aglomeração pública, manifestando *Hestía Koiné*, onde a deusa vela por todos os magistrados, *prítanes* (VERNANT, 2009: 34).

⁷ Primeira filha de Cronos e Réia, irmã de Zeus e Hera. Zeus, ao se tornar soberano no Olimpo, lhe concede honras como ser cultuada em todas as casas dos mortais e templo de todos os deuses. Enquanto outras divindades vagueiam pelo mundo, Héstia permanece imóvel no Olimpo. Na mesma proporção que o lugar central das residências mortais era o centro divino do lar, no qual essa divindade deveria ser cultuada. Héstia, no Olimpo, era o centro religioso da mansão divina. (GRIMAL, P. *Dic. De Mit.*, 2000: 226)

⁸ Héstia é a deusa e personificação do lar. Filha de Crono e Réia, é irmã de Zeus e Hera. Embora cortejada por Apolo e Poseidon, ela conseguiu, da parte de Zeus, guardar eternamente sua virgindade. Zeus lhe concedeu honrar excepcionais: todos deviam lhe prestar culto, em todas as casas dos mortais e no templo de todos os deuses. Enquanto outras divindades vagueiam pelo mundo, Héstia permanece imóvel no Olimpo. (Cf. GRIMAL, Pierre. *Dicionário da Mitologia Grega e Romana*. RJ: Bertrand Brasil, 2000, pág. 227).

A prática de manter aceso o fogo sagrado no edifício público do *Pritaneu* tornou-se uma tradição desde os tempos de Theseo (PLUTARCO, *Theseo.*: 24). O herói teria cultivado a ação de conservar a chama sagrada da polis. O objetivo da manutenção da chama sagrada era alimentar o vigor político dos hóspedes públicos e dos funcionários públicos.

Simbolicamente a manutenção do fogo sagrado nos edifícios públicos que se encontravam ao redor das praças de comércio e espaços de debate, soava como demonstração de que tanto a *Ágora*, quanto a *Hipodemia*, representavam o centro gravitacional de poder e cidadania do corpo comunitário, prática análoga ao que acontecia nos lares atenienses. Héstia através de um fogo sagrado, figurava como centro religioso ao se manter acesa no templo de todos os deuses, figurando como centro de poder da mansão divina.

Ao redor e em prol da *Ágora*, localizada na região central de Atenas, assim como da *Hipodemia*, localizada no *demos do Pireu*, circulava o cotidiano da polis. Nesses lugares, figuravam atividades mercantis que envolviam relações quantitativas em relação as trocas de mercadorias, assim como as qualitativas, em relação as pessoas com quem se comercializava. A *Hippodemia*, - “*Ágora dos homens do Demos*” – por estar junto ao porto, dava acesso a estrangeiros de todo o tipo. Uns buscavam hospedagem, outros trabalhos como remador ou, outros ofícios ligados a atividades marítimas e comércio. Essas relações definiriam por critério qualitativo, aqueles que teriam *civilidade* adequada para acessar a *Ágora Central*. Nesse *lugar de memória* e reunião da polis, o acesso era permitido somente aqueles que já foram tomados pelos costumes (*etos*) de *civilidade* dos cidadãos atenienses. Portanto, na *Ágora Central da polis*, seria acessível somente aqueles que possuíam prestígio para adentrar o seio da polis em conformidade com os ritos de *xenia*⁹, permitindo maior interação a partir dos ritos da hospitalidade.

⁹ Ritual de hospitalidade entre os helenos, no qual havia uma regulamentação das práticas entre cidadãos e estrangeiros.

Através da relação de hospitalidade os interesses iriam se inserir nos preceitos *chrematístio* ou *oikonomikós*¹⁰. Estrangeiros acessariam primeiramente a *Ágora Central*, para posteriormente adentrar ao *oikós* de seu *proxeno* (anfitrião) e poder ser integrado ao cotidiano políade como um *metéco* (estrangeiro com residência permanente).

A Cidade-Estado de Atenas, possuía *zonas de fronteiras internas* que delimitavam muito bem suas *territorialidades*. Os estrangeiros que quisessem se integrar ao corpo comunitário ateniense por qualquer motivo que fosse, deveriam estar imbuídos dos *imaginários sociais* de *civilidade ateniense*. O tipo de arquitetura na qual residia seu anfitrião, permitia ao estrangeiro identificar em qual nicho social ateniense estaria inserido e, através disso, mesurar o grau do seu prestígio e honradez entre seus pares no corpo cívico do qual se originava.

Nas casas e hospedarias situadas no ambiente do *Porto do Pireu*, era possível encontrar pessoas de todos os nichos sociais: residentes *metécos*, grandes mercadores, cidadãos iminentes e de poucos recursos. Alguns cidadãos proeminentes como Demóstenes e Kálias, possuíam residências tanto no Pireu quanto na *asty* ateniense (GARLAND, 1987: 142-143). Os casarões suntuosos denunciavam o *status* social do seu proprietário e residentes, por outro lado, distanciando-se da *Hippodemia*, era possível notar a interferência desordenada na paisagem, em cujo cidadãos sem recursos erguiam construções sem planejamento algum. A ação tratava-se de um processo interno de migração não planejada para a região do porto e traduzia a busca dos cidadãos atenienses oriundos das camadas sociais mais baixas por provisões que lhes permitissem manter o sustento familiar.

¹⁰ *Oikonomia*, na qual a troca e o comércio são extensão do lar (*Oikós*) visando destacar o valor do prestígio e não a praticidade em que se insere a quantidade. Para exemplificar a relação *oikonomica*, destacamos que no *imaginário social* ateniense do século V a.C., não teria preço ao atleta que vencesse uma prova olímpica, negociar sua premiação. Já o sentido mercantil, *chrematístia*, visa o valor prático de mercado. A relação comercial *chemastitia* permite práticas morais condenáveis no *imaginário social* de determinados grupos, como exemplo: a usura. Em comédias do século V a.C. como as *Nuvens*, de Aristófanes. No Drama *Estrepesíades*, coloca seu filho Phidípides em uma escola de sofística, visando se livrar de credores e agiotas por meio de discursos sofísticos, triunfando sobre causas justas. (F.c.. ARSTÓFANES. *Nuv.* 95).

A *zona portuária do Pireu* se configurava como lugar de trocas comerciais e muitos cidadãos atenienses do segmento *thete*, migraram para a zona portuária estabelecendo residência. No entanto, as pessoas de baixo recursos ao se fixarem nas imediações e periferia da *zona portuária*, não mantinham fidelidade à organização urbana projetada nas proximidades da *Hipodemia*. Devido ao acúmulo demográfico que se formava, todo o projeto de ruas largas e planas, idealizado por ocasião do planejamento urbano do Pireu, não obteve o efeito desejado. Muitas residências foram construídas sem homogeneidade estética e sem uniformidade arquitetônica (GARLAND, 1987: 143).

Embora a *zona portuária* tenha sido projetada para obter ruas mais largas, na medida que ia se afastando do entorno portuário, as habitações de cidadãos com recursos e dos poucos abastados mesclavam-se. Havia uma multiplicidade de ambientes no que tangencia o estilo das construções. Havia casas de cidadãos com poucos recursos que se espremia por entre propriedades de cidadãos que prosperaram com o comércio, tais como donos de oficinas, olarias e hospedarias (GARLAND, 1987: 143). Por isso não se pode afirmar que tudo era grandiosidade e pompa, alguns prédios residenciais se aglomeravam e formavam *synoikiai*¹¹, configurando construções irregulares que davam ao observador, a ideia de desordem urbana e social (GARLAND, 1987: 143).

Charles W. Hedrick Jr. nos menciona que as construções arquitetônicas helênicas, sobretudo, as atenienses, carregavam muito mais que uma conformação estética; elas envolviam o sentimento de identidade social do seu proprietário. O pesquisador esclarece que para erigir os edifícios, em seus assentamentos, os espaços eram reservados segundo a *memória e imaginário social* do grupo que ali ficaria nucleado (HENDRICK, 1996: 387).

¹¹ O termo *synoikiai* tem por significação: morar junto; em se tratando das famílias de cidadãos *thetes* que residiam próximo a *zona portuária do Pireu*, nos referimos a edificações que detinham os cômodos com paredes anexadas, mas que não configuravam como sendo a mesma residência. Portanto, as portas de acesso ficavam próximas e davam a um observador a ideia equivocada de que se tratava de uma mesma residência e que as famílias residiam juntas.

Para Charles W. Hedrick Jr há duas razões pelas quais, helenos se utilizavam de lugares e edifícios buscando preservar a memória do seu grupo social: uma é *condição participativa* e a outra, a *condição espetacular*. No primeiro caso, as construções e seus respectivos lugares, deveriam proporcionar um contexto estável para as atividades que ali seriam realizadas. Tais lugares deveriam canalizar a manutenção da rotina e dos comportamentos realizados no local, permitindo perpetuar as tradições através de hábitos pré-consciente (*Ibidem*).

Ao criar lugares estáveis associados a determinadas atividades, os atenienses fomentavam delinear sua identidade institucional e perpetuavam os procedimentos sociais e políticos. No segundo caso, a *condição espetacular* dava a esses lugares e a estruturas dessas construções, a peculiaridade de apresentarem-se como objetos de contemplação, encorajando a apreensão do seu dever cívico e participação social (HENDRICK, 1996: 387). Logo, os monumentos, os estaleiros e os templos localizados na *zona portuária do Pireu* - assim como as residências - figuravam como lembretes e confirmações das práticas comunitárias que se realizavam no espaço público, tanto quanto ocorria nos eventos e cultos particulares. Por outro lado, a simplicidade das residências dos menos abastados, refletia o caráter de sua identificação social, sendo percebida pelos grupos sociais abastados como massa. O conjunto arquitetônico das suas residências não destoava de modo espetacular como ocorria com os cidadãos proeminentes, que buscavam destacar sua origem ou fortuna. O fato de estarem nucleados em distanciamento adequado da *Hippodemia* ou prédios públicos, também ressalta a sua condição de não ambição em ocupar magistraturas ou cargos de comando, portanto, os prédios.

Os edifícios públicos, templos, cemitérios e portos, tornavam-se referenciais para ocupação dos espaços. Um remador buscava se estabelecer próximo aos atracadouros, e um carpinteiro próximo aos estaleiros, já um orador próximo a *Hipodemia* ou *Ágora* e, um tragediógrafo ou financiador de espetáculos, próximo ao teatro. Ao redor dos edifícios e espaços públicos, não seria difícil encontrar moradias

simples, de cidadãos sem recursos que buscava algum tipo de trabalho. Por outro lado, pessoas proeminentes também buscavam se estabelecer próximo dos prédios em que exerciam suas atividades cívicas, tais como *chorégia*, *trierarchia*, *strategia* e *pritania*.

Na *zona portuária do Pireu*, toda essa diversidade de construções - edifícios públicos e privados - fossem suntuosos ou mais humildes, mesclavam-se em meio a dinâmica de trabalhos rotineiros comum ao porto. Havia hospedagens, prostíbulos, oficinas de pintura em cerâmica, olarias, carpintarias e estaleiros. A vida girava em prol do comércio - atividade malvista aos olhos da aristocracia fundiária – no entanto, toda essa atividade foi tornando-se cada vez mais comum durante o século V a.C.

Segundo Maria Regina Candido, as atividades do comércio na polis dos atenienses teria se iniciado, no período em que Pisístratos fora tirano e investido no desenvolvimento das zonas urbanas em Atenas. O tirano teria buscado enfraquecer a aristocracia fundiária incentivando as atividades comerciais (CANDIDO, 2004: 35). Essas atividades comerciais permitiram o enriquecimento de uma oligarquia mercantil.

A emergência dos oligarcas, chamados novos ricos, viria logo após Atenas tornar-se uma hegemonia marítima no Mar Egeu, deixando a base agrária da sua economia, para atividades mercantis (CANDIDO, 2004: 38). No dia-a-dia do porto, há figuras de pessoas simples: açougueiros, sapateiros e salsicheiros que na condição de pequenos comerciantes; serviam de intermediários aos grandes mercadores na *Hipodemia* (CANDIDO, 2004: 40). Platão afirma que era possível fornecer alimento ao corpo se tiver fome, bebidas se tiver sede, vestes e cobertores se tiver frio, assim como tudo o que fosse necessário seria fornecido pelos comerciantes varejistas e por atacado, assim como produtos manufaturado, poderia ser confeccionado pelos artífices (PLATÃO. *Górgias*, 517d; *apud* CANDIDO, 2004: 41).

A heterogeneidade de pessoas e atividades de comércio executado na *zona portuária do Pireu* representava o cotidiano vivido pelos cidadãos *thetes* e retratava o compartilhamento da convivência na *zona portuária*. A região portuária era ocupada

por cidadãos atenienses, escravos, mercadores, metecos e estrangeiros; gerando um ambiente de *multiculturalismo*¹².

A propósito do *multiculturalismo*, o pesquisador Edgar Montiel aponta que o fenômeno expõe as sociedades e segmentos sociais a novos símbolos, estabelecendo vínculos identificatórios de grupos comunitários, os quais paulatinamente sofrem mudanças segundo seu nível de conexão. Assim, perfis mudam, muda-se também os seus referentes tradicionais e visões originárias se reorganizam. As identidades tendem a diluírem-se permitindo emergir novas formas de identificação: políglotas multiétnicas, todas migrantes e carregadas com elementos de diversas culturas (MONTIEL, 2003: 20). Vemos que as palavras de Edgar Montiel descrevem o cenário social que circundava a *zona portuária do Pireu*, no qual diversas embarcações estrangeiras atracavam em seus ancoradouros, permitindo uma dinâmica de contato entre *civilidades* diversas, as quais proporcionavam constante transformação.

Muito embora costuma-se apontar os traços etnocêntrico dos atenienses como um referencial a atos genuínos da *civilidade helênica*, tais como: beber o vinho diluído na água à moda ateniense, cultuar os deuses gregos e falar grego; podemos apreender que o problema não era a alteridade da *civilidade estrangeira*, pois os atenienses tinham suas identidades bem definidas pela sua ancestralidade iônica e o culto aos seus ancestrais. A problemática residia na maneira e no grau de influência que o contato

¹² O *multiculturalismo* tem sido bastante debatido nos ciclos acadêmicos e tem se relacionado com fenômenos da *Sociedade Moderna Tardia*, como exemplo a *globalização*. Tal fenômeno envolve questões econômicas, tecnologia e meios de comunicações que deixam o mundo conectado por redes interdependentes que chegam a ultrapassar as fronteiras governamentais e culturais. Os reflexos desse fenômeno geram o sentimento de não pertencer a um lugar específico, as identidades tornam-se difusas em lugares de proliferação de cultura como portos, por exemplo. Contudo, em se tratando da Antiguidade a hibridização, não teria dado certo, pois identidades se mantinham mesmo em locais de circulação de culturas heterogêneas (ZORZI, 2013: 30-31). Embora o conceito de *multiculturalismo* não tenha sido mencionado na Antiguidade, buscamos através de um *campo de experimentação comparado* estabelecer um diálogo entre as temporalidades que envolvem desafios da atualidade e relações que tangenciam o cultural e o social na Antiguidade. O tema do *multiculturalismo* alcançou um relevante interesse em prol do seu debate nas últimas décadas do século XX, no qual foi consolidado pelos estudos comparados envolvendo os ramos da antropologia com a cultura e sociologia aplicada, também conhecida como sociologia intercultural. Em muitos países desenvolveram-se políticas que visavam atender o pluralismo e a reconhecer as identidades culturais múltiplas, incentivando o respeito pelo *ethos cultural* (SIDEKUM, 2003: 9).

com as *civilidades* distintas poderia afetar as tradições atenienses e degradar o culto aos seus deuses e seus ancestrais.

O convívio com cultos estrangeiros poderia modificar a relação entre os grupos sociais atenienses e possibilitar novas representações. Em virtude dessas possibilidades, as *zonas de fronteiras interna* na polis dos atenienses acabou se dividindo no século V a.C. O porto do Pireu e sua *Hippodemia* tornou-se área de atuação heterogênea de cidadãos *thetes*, escravos, mercadores e estrangeiros; enquanto a *Ágora central da polis* buscava manter o ordenamento poliade, pois em seu redor estavam situados prédios de controle administrativo, tais como o *Pritaneu*. O espaço de comércio e debate na *Ágora* não deveria ser acessível a qualquer estrangeiro que aportasse na cidade.

Ao emergir uma nova ordem comercial na polis dos atenienses, o porto do Pireu deveria tolerar a permanência de estrangeiros e “filtrar” aqueles que detinham o devido prestígio para circular entre seus cidadãos na *Ágora*. Diante da nova ordenação urbana, os *imaginários sociais* dos seus cidadãos, permitiu que os lugares se tornassem próprios e com identidade comum a determinados segmentos sociais que formavam a comunidade poliade. Nos confins, *eschatya*, permaneceria o diferente e o exótico; na *acrópole*, sacerdotes e funcionários que contabilizavam o tesouro depositado nos santuários; na *asty*, lugar que se encontrava a *Ágora* e edifícios administrativos como o *Pritaneu*, deveria circular: mercadores de prestígio e cidadãos proeminentes que buscavam esses locais para tratar de questões políticas do interesse comunitário; na *chora*: os agricultores; enquanto que no *porto*: escravos, estrangeiros, *metecos*, oradores, mercadores de toda espécie e em grande número, cidadãos de poucos recursos em busca de adquirir subsistência trabalhando por jornada.

Os cidadãos *thetes* que migravam para o porto do Pireu à busca de subsistência, não se viam representados em sua totalidade com os *imaginários da aristocracia ateniense* e por esse expediente, não se preocupavam em afastar a prática de ritos e culto de divindades estrangeiras. Seu interesse tinha por fim único,

conquistar o *misthos* diário e manter sua participação nas assembleias e nos ritos cívicos atenienses, tanto quanto nos festivais teatrais.

Cidadãos de poucos recursos, não se negariam em negociar mercadorias pelo seu valor de mercado, sem levar em consideração sua significação ou prestígio simbólico. Portanto, a *zona portuária do Pireu* sublimava as identidades sociais, aproximando os homens através das atividades econômicas e mercantis. No Pireu, as oligarquias emergiam socialmente e cidadãos *thetes* apoiavam-nas, na medida que geravam os recursos necessários para manterem sua subsistência e sua participação nas assembleias. Através dessa relação, o Porto do *Pireu* acabou dividindo atenção política dos cidadãos com a *Ágora*.

Os que circulavam no ambiente portuário se habituavam com a dinâmica circulação de pessoas no espaço urbano. Se diversificavam dos camponeses que migravam da *chora* para o espaço da *asty* visando participar das assembleias ou mesmo, para se refugiarem das invasões inimigas. Os habitantes da *chora* ao adentrarem a *asty*, viam-se surpresos com a intensidade do tráfego de pessoas.

Nos primórdios da Guerra do Peloponeso Péricles convenceu seus concidadãos à necessidade de se refugiarem atrás das muralhas, visando um conflito de longa duração contra os espartanos. É possível que muitos tenham ficado perplexos com a aglomeração desordenada de pessoas. O quadro descrito por Tucídides, nos permite visualizar uma imagem dessa natureza, vejamos: “*Muitos se instalaram também nos torreões das muralhas da cidade e onde quer que pudessem achar um lugar, pois a cidade não dispunha de espaço apropriado para todos eles reunidos. Mais tarde foram distribuídos em lotes e ocuparam áreas entre as Longas Muralhas e a maior parte do Pireu* (TUCIDIDES, II: 17). Vemos que esse cenário, não causaria o mesmo espanto a um habitante ou frequentador da *zona portuária* que cotidianamente percorria ruas lotada pelo comércio, trabalhando próximo aos escravos e estrangeiros. Nas vias que entrecortavam no porto do Pireu, era comum se deparar com carroças trazendo ou levando mercadorias dos navios atracados. Essas embarcações traziam expressiva

quantidade de estrangeiros que permaneciam à busca de uma hospedaria, taberna para se alimentar, ou templo para prestar reverência aos deuses estrangeiros.

Por fim, a partir do debate exposto, podemos concluir que a *zona portuária do Pireu* contribuiu para a transformação da comunidade ateniense, inserindo entre seus cidadãos, o imaginário de uma cidade marítima e urbana. Tal perspectiva demonstrou-se contrastante com a tradição fundiária – muito embora ser proprietário de um lote de terra ainda figurasse como modelo almejado pelos cidadãos que viviam da jornada trabalhada. Os cidadãos atenienses, agricultores oriundos da *chora*, que buscassem adquirir sua subsistência; para efetuar a troca da sua produção na *Ágora* ou no *Porto*, acabavam em maior ou menor grau dependentes dos mercadores e comerciantes especializados

DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves. *O Poder Marítimo segundo a concepção de Sir Herbert William Richmond (1871-1946): uma análise comparada com Alfred Thayer Mahan*. Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão.

ANDRADE, Marta Mega. *A dimensão religiosa das práticas funerárias: o “caso” de Atenas*. In: THEML, Neyde; LESSA, Fábio de Souza e BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha; et alii. (Revista Phoenix, LHIA-UFRJ, ano XIV) Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, 2008.

ARISTÓPHANES *Les Cavaliers – Les Nuées*. Texte établi par Victor Coulon et traduit par Hilaire Van Daele. Ciquième Édition revue et corrigée. Paris: Boulevard Raspail, 1952.
_____. *Aves*. Tradução de Maria de Fátima Sousa Silva. Lisboa: Edições 70, 1989.

ARISTÓTELES. *A Constituição de Atenas*. Tradução: Francisco Murari Pires. São Paulo: Editora HUCITEC, 1995.

BACZKO, Bronislaw. *A imaginação social*, In: LEACH, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

CANDIDO, Maria Regina. *A Feitiçaria na Atenas Clássica*. Rio de Janeiro: Letra Capital (FAPERJ), 2004.

DETIENNE, Marcel. *Comparar o Incomparável*. Tradução de Ivo Stomiolo. SP: Editora Idéias e Letras, 2004.

DICKS, T. R. B. *Piraeus: The Port of Athens* Author. The Town Planning Review, Vol. 39, No. 2 (Jul., 1968), pp. 140-148 Published by: Liverpool University Press Stable URL: <http://www.jstor.org/stable/40102613>. Accessed: 21/02/2014 10:40.

DUARTE, Alair F. *Participação Política e Social dos Thetes na polis ateniense do século V a.C.* Tese (Doutorado em História Comparada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Rio de Janeiro, 2017.

_____. *Mercenarismo na Atenas Clássica*. Rio de Janeiro: Editora NEA UERJ, 2013.

GARLAND, ROBERT. *The Piraeus: from the fifth to the first century B.C.* London: Duckworth, 1987.

GRIMAL, Pierre. *Dicionário da Mitologia Grega e Romana*. Trad. De Victor Jouboille (4ª Ed.) Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

HAESBAERT, Rogério. *Identidades Territoriais*. In: CORREA, Roberto Lobato e *Des-Territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste*. Rio de Janeiro EDUFF, 1997.

HANDRICK, Charles. *Demokratia: a conversation on democracies, Ancient and Modern*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1996.

MONTIEL, Edgar. *A nova ordem simbólica: a diversidade cultural na era da globalização*. In: SIDEKUN, Antônio (Org.). *Alteridade e Multiculturalismo*. Ijuí: Ed. Unijui, 2003.

PLUTARCO. *Vidas Paralelas: Theseo, Rômulo, Licurgo, Numa, Sólon, Púbicula, Temístocles, Camilo Péricles, Fábio Máximo*. São Paulo: 1ª Vol. Editora PAUMAPE S.A, 1991.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. França. São Paulo: Ática, 1993.

REDEN, Sitta Von. *The Piraeus - a world apart*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. on behalf of The Classical Association Stable URL: <http://www.jstor.org/stable/643070> Accessed: 06/02/2015.

SIDEKUN, Antônio (Org.). *Alteridade e Multiculturalismo*. Ijuí: Ed. Unijui, 2003.

THUCYDIDES. *History of the Peloponnesian War*. Translated by Rex Warner, with an Introduction and Notes by Moses I. Finley. New York: Penguin Grup, 1972.

VERNANT, Jean Pierre. *As origens do pensamento grego*. São Paulo: 7ª. ed. Tradução de Ísis Borges B. da Fonseca. Bertrand, 1992.

_____. *O Homem Grego*. Trad. Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

_____. *Mito e Religião na Grécia Antiga*. Tradução Joana Angélica D'Avila Melo. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

_____. *Problèmes de La Guerre em Grèce ancienne*. Paris: Ed. École dês Hautes Études em Sciences Sociales, 1999.

ZORZI, José Augusto. *Estudos Culturais e Multiculturalismo: uma perspectiva das relações entre campos de estudos em Stuart Hall*. Porto Alegre: (Circulação Interna) UFRS, 2012.